



Atos do Executivo nº 1811844
Disponibilização: 03/12/2025
Publicação: 03/12/2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP
01012-000
Telefone: 33971200



CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ
BIÊNIO 2025 – 2026

Ata da 09ª/137ª Reunião Plenária Ordinária Presencial do CPM/ Sé

No 13º dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, em atendimento à Convocação Documento SEI nº 143712253, publicada em Diário Oficial do Município do dia 06 de outubro do corrente ano, realizou-se presencialmente, em primeira chamada, com início efetivo às 18:45, a **137ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Participativo Municipal Sé, sendo a 9ª do biênio 2025/2026**, nas dependências da sede da Subprefeitura Sé, [Rua Álvares Penteado n. 49](#), Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pelo Coordenador Sr. Antonio Ronaldo dos Santos, Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti e como Secretária-adjunta Sra. Maria Lilian Galvarro Peña. Integrando a mesa também e o Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda, representando a Subprefeitura Sé. Após as boas-vindas a todos Conselheiros e convidados, a reunião continuou conforme pauta abaixo discriminada.

PRIMEIRA PARTE

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor;
2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Munícipes e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Leitura e Aprovação de Ata;
7. Esplanada Liberdade e Devolutiva do AIU Central;
8. Albergue Boraceia;
9. Devolutiva do Ploa 2025.

TERCEIRA PARTE

10. Informes gerais; finalização e agradecimentos.

PAUTA ABERTA

Verificação de quórum e leitura da pauta.

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor; 2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes; 3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;

Incluído o item de pauta do conselheiro Fábio Sanchez, sobre o **Parque da Aclimação** e o Item de pauta, do conselheiro Augusto Pessin, sobre o **Parque Rio Bixiga**.

4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Munícipes e Conselheiros;

O conselheiro Wang Kim relatou uma grave situação de acúmulo de lixo e sujeira após os eventos e feiras realizados no bairro da Liberdade. Destacou que, embora os eventos sejam autorizados pela Prefeitura, há falta de fiscalização quanto ao cumprimento da obrigação de limpeza e recolhimento dos resíduos por parte dos organizadores.

Apontou que o problema é recorrente, especialmente na Praça da Liberdade, Rua dos Estudantes e Rua Américo de Campos — locais recentemente reformados e que vêm sendo prejudicados pelo descarte inadequado de lixo, presença de chorume e mau cheiro.

Informou ainda que os contêineres disponíveis são insuficientes para a quantidade de resíduos produzidos e que, na prática, a coleta tem sido feita pela Prefeitura, quando deveria ser responsabilidade dos promotores dos eventos.

Mencionou que algumas barracas de alimentação não cumprem as exigências sanitárias, como o uso de suporte adequado para o piso e condições adequadas de manuseio de alimentos. Solicitou, por fim, maior fiscalização e eventual cassação das licenças dos responsáveis que descumprirem as normas de limpeza e higiene previstas nas autorizações municipais.

A conselheira Rosângela Zanon, apresentou como pauta a situação crítica do Parque da Aclimação,

destacando dois problemas principais: as condições precárias da sede administrativa e a mortalidade de peixes nos lagos do parque.

Agradeceu à mesa e ao Coronel Arruda pela pronta resposta a demanda anterior, especialmente após as fortes chuvas que agravaram infiltrações e alagamentos na sede administrativa, tornando o local insalubre para servidores e conselheiros. Informou que na ocasião, se firmou uma cachoeira no local devido as grandes chuvas. Solicitou acesso ao processo SEI referente ao ofício já encaminhado sobre o tema, para acompanhamento do conselho.

Relatou também a grande mortandade de peixes ocorrida no mesmo período, atribuída não apenas às chuvas, mas à poluição intensa e ao assoreamento dos lagos Jurubatuba e Pedra Azul, que deságuam no lago principal. Segundo a conselheira, há entrada constante de esgoto, óleo, resíduos da construção civil e lixo sólido e orgânico, comprometendo a oxigenação da água e colocando em risco todo o ecossistema.

Ressaltou que a situação já foi comunicada em gestões anteriores à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, sem solução efetiva até o momento. Alertou que, diante desse cenário, o lago está literalmente morrendo, o que considera uma situação gravíssima e inaceitável para um parque público.

Reforçou a cobrança por providências urgentes do poder público, lembrando que se trata de um espaço público essencial à cidade, sustentado pelos impostos da população. Encaminhou à mesa os documentos e ofícios relativos às solicitações de providências e ao histórico do problema.

A munícipe Maria Nair abordou problemas na fiscalização da operação “Cata-Bagulho” na região da República. Relatou que, na última quinta-feira, abriu um protocolo junto à empresa Sustentare às 21h45 solicitando a remoção de materiais descartados, mas o recolhimento não ocorreu dentro do horário previsto pela plataforma (entre 12h e 22h).

Segundo a munícipe, mesmo sem a coleta ter sido efetivamente realizada, a empresa registrou no sistema que havia ido ao local e que “nada foi encontrado”. Ela confirmou com o vigia noturno que o material permaneceu no local até após 1h da manhã, quando o caminhão finalmente passou.

Maria Nair criticou o fato de a própria empresa responsável pela coleta ser também a fiscalizadora do serviço, o que, em sua avaliação, inviabiliza a responsabilização por falhas. Defendeu que a fiscalização seja feita por outra equipe independente, para garantir transparência e efetividade.

A conselheira Caru Albuquerque apresentou diversas demandas relativas à zeladoria, meio ambiente e assistência social. Relatou que há três árvores inclinadas em aproximadamente 45° no Vale do Anhangabaú, com risco de queda, solicitando vistoria urgente da equipe da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Mencionou também que a obra realizada na esquina da Rua Ribeirão da Silva com a Barão de Limeira, feita para conter alagamentos, foi insuficiente, pois o problema persiste. Reforçou que a solução deve envolver intervenção na galeria pluvial, e não apenas reparos superficiais.

A conselheira informou ainda o falecimento de um morador que vivia em uma praça e mantinha cerca de dez cães no local, os quais permanecem abandonados e agressivos. Solicitou providências da Subprefeitura e da equipe de zoonoses. Acrescentou que há duas pessoas idosas em situação de extrema vulnerabilidade na Favela do Moinho, que não receberam moradia e precisam de acompanhamento da assistência social.

Por fim, destacou a necessidade de retomada das ações da Zoonoses, interrompidas que tinham como objetivo controlar infestações de escorpiões, carrapatos e pulgas na região, e questionou sobre a responsabilidade pela destinação irregular de resíduos colocados fora do horário em frente a comércios, citando a Barão de Limeira como exemplo.

Em resposta, o Coronel Arruda informou que, quanto ao falecimento do morador, recebeu confirmação de que se tratou de morte natural por infarto do miocárdio. Relatou que já entrou em contato com a COVISA e a DVZ, e que medidas serão tomadas pela equipe técnica. Quanto às demais demandas, orientou a conselheira a encaminhar os casos por e-mail para acompanhamento e encaminhamento às áreas competentes.

A munícipe Adriana se apresentou como representante das ONGs MOVE e G269, que reúnem mais de 50 entidades de proteção animal e ambiental. Ela trouxe uma demanda relacionada à Praça José Molina, na Rua Minas Gerais, próxima à Praça dos Arcos.

Relatou casos de maus-tratos a animais cometidos por dependentes químicos que vivem na região — os quais usam os animais para pedir dinheiro nos semáforos, chegando a drogá-los, mantê-los acorrentados, expostos ao sol e sem cuidados veterinários. Também mencionou a falta de castração e a procriação descontrolada desses animais, por parte dos dependentes, para fins de exploração.

Adriana pediu apoio do poder público e parceria com o terceiro setor para buscar soluções conjuntas, especialmente ações de conscientização, acolhimento e proteção dos animais nessas áreas críticas, como a Praça José Molina e a Avenida Paulista. Ela finalizou agradecendo pela oportunidade de falar e pelo convite.

O munícipe Cláudio, trouxe a demanda da Praça Rotary. Iniciou agradecendo pelos avanços recentes realizados pela Prefeitura no local, como a reforma do telhado da biblioteca, a reativação da iluminação pública e a retomada da limpeza da praça — hoje feita por uma funcionária dedicada.

Em seguida, apresentou demandas e sugestões:

- Limpeza dos canteiros, que estão cheios de lixo e material em decomposição acumulado há muito tempo.
- Propôs uma ação de limpeza mensal, com reforço temporário de pessoal, para remover o material e facilitar o controle de pragas.
- Lembrou que, em períodos anteriores de limpeza intensiva, houve redução significativa da infestação de ratos na praça.
- Solicitou que a Prefeitura amplie a equipe ou o tempo de trabalho da funcionária para que essas ações sejam possíveis.

Por fim, relatou um problema estrutural na Rua Cesário Mota, entre a General Jardim e a Sertório: o afundamento do leito da via, possivelmente causado por um arroio subterrâneo. Alertou que o buraco está sem sinalização nem reparo, representando risco, especialmente com a chegada das chuvas.

A conselheira Elizabeth retomou o tema da Praça da Liberdade, solicitando que a SP Urbanismo conclua adequadamente a reforma do local. Ela relatou que a sinalização de entrada e saída de veículos não está clara, o que tem causado confusão no trânsito, pois há apenas uma faixa de circulação. Mencionou também que o piso da praça já apresenta danos, mesmo tendo sido reformado há menos de três meses. Por fim, pediu que a CET instale sinalização adequada na área, reforçando que os problemas decorrem das falhas na obra recente.

A conselheira Raquel Budow, perguntou sobre o andamento da reforma do cachorródromo e o interlocutor Coronel Arruda, informou que está em processo licitatório.

O conselheiro Augusto Pessin relatou problemas decorrentes da obra executada pela iniciativa privada no Parque Augusta, que apresentou vícios ocultos após a entrega — como infiltrações, falhas no escoamento da água, empoçamentos e danos à vegetação. Explicou que o Conselho Gestor tentou acionar o Ministério Público, a Procuradoria do Município (PGM) e a Corregedoria, mas sem sucesso, e

pediu que a Prefeitura cobrasse das empresas responsáveis a correção dos defeitos. Alertou que a situação está causando erosão e risco ambiental ao parque e criticou a falta de controle da Prefeitura sobre as empresas privadas envolvidas.

O interlocutor Coronel Arruda, reconheceu a gravidade da denúncia e afirmou que, embora o tema não seja de competência direta da Subprefeitura, irá encaminhar o caso à assessoria jurídica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), que deverá, se necessário, acionar judicialmente as empresas com apoio da PGM.

Pessin agradeceu o encaminhamento, destacando que isso evitará acionar novamente o Ministério Público. Em seguida, trouxe uma segunda pauta, relacionada aos alertas climáticos, observando que as notificações de temporais têm sido imprecisas, gerando alertas falsos e prejudicando a rotina das pessoas.

O Coronel Arruda concordou, compartilhando uma experiência pessoal no Japão para ilustrar o contraste tecnológico, e reconheceu a importância do tema. Comprometeu-se a encaminhar a sugestão à Defesa Civil Municipal para melhorar a precisão e regionalização dos alertas climáticos, elogiando a pertinência da observação feita por Pessin.

A conselheira Rosalia iniciou sua fala relembando que o Conselho tem a função de monitorar a execução das propostas aprovadas no Orçamento Participativo referente ao ano anterior. Explicou que, entre as propostas apresentadas — tanto pelo próprio Conselho quanto por meio de audiências públicas e pela Plataforma Participe Mais , seis foram consideradas viáveis e incorporadas ao planejamento da Prefeitura.

Segundo Rosalia, uma dessas propostas já foi concluída, referente a um contrato de manutenção de monumentos, e por isso ela solicitou acesso ao contrato ou às informações sobre sua execução. Informou que restou dúvida se esse contrato abrange todo o município de São Paulo ou apenas a região administrada pela Subprefeitura da Sé, e mencionou que o documento é de 2023, levantando a hipótese de que possa ter havido aditamento para utilização dos recursos neste exercício.

Em seguida, Rosalia listou as demais propostas priorizadas, que são principalmente voltadas às áreas de desenvolvimento social e assistência social:

- Ampliação ou aprimoramento de prédios de acolhimento e equipamentos de vocação social;
- Implantação de um centro de integração profissional voltado para pessoas em situação de rua;
- Criação de serviços de atendimento à população idosa;
- Implantação de um corredor verde conectando praças e parques;
- Criação de um programa de locação social permanente para pessoas em situação de rua;
- Ações de preservação ambiental e urbana.

Rosalia enfatizou sua preocupação com a proposta nº 80, relacionada à implantação de um serviço para atendimento à população idosa, informando que, conforme verificado na Plataforma Participe+, não há processo administrativo aberto nem movimentação sobre a locação do imóvel destinado ao projeto. Alertou que, caso a execução não seja iniciada logo, o prazo de empenho pode se encerrar e o recurso retornar ao Tesouro, comprometendo a realização da proposta. Por isso, pediu orientação ao Coronel Arruda sobre o que o Conselho pode fazer para agilizar o andamento.

O Coronel Arruda respondeu esclarecendo que as propostas do Orçamento Participativo são distribuídas entre as diversas secretarias municipais conforme sua área temática e competência legal. Assim, nem todas as iniciativas aprovadas cabem à Subprefeitura da Sé (Sub/Sé) executar

diretamente.

Ele explicou que a Sub/Sé fica responsável apenas pelas obras e ações dentro de seu escopo administrativo, citando como exemplos:

- Reforma do Largo da Pólvora;
- Calçadas do Parque da Aclimação;
- Reforma do Lago da Aclimação (em andamento);
- Reforma do Cachorródromo;
- Obras de caráter urbano e de zeladoria local.

Para ilustrar a dificuldade de execução de propostas fora da alçada da Subprefeitura, o Coronel Arruda compartilhou um exemplo pessoal: mencionou que ele próprio apresentou uma proposta no Orçamento Participativo, a criação da “Casa de Tebas” — um polo cultural, gastronômico e comercial voltado à valorização da cultura africana e afro-brasileira no centro de São Paulo. O projeto previa espaços para biblioteca, ensino de música, dança, artes, gastronomia e exposições, inspirado em experiências bem-sucedidas como a Casa de Benin, em Salvador (Pelourinho).

No entanto, relatou que a proposta foi encaminhada à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que indeferiu a execução, alegando que a cidade já teria um equipamento semelhante — argumento que ele contestou, afirmando que não existe estrutura equivalente.

Concluindo, o Coronel explicou que esse exemplo mostra como a distribuição das propostas entre as secretarias pode impedir o acompanhamento direto pela Sub/Sé, e que projetos sociais e ambientais, como o da população idosa e o corredor verde, são de competência, respectivamente, das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

Por isso, embora reconheça a importância do monitoramento pelo Conselho, Arruda destacou que a execução depende das secretarias temáticas responsáveis. Sugeriu que o Conselho mantenha o acompanhamento e cobre devolutivas dessas secretarias, enquanto a Sub/Sé continuará apoiando na articulação e encaminhamento das informações sempre que possível.

A munícipe Paula Ventura manifestou preocupação com a ausência de ações da Semana do Animal e de castrações e vacinação antirrábica na região central, destacando que a população em vulnerabilidade do centro também necessita desses serviços. Relatou ainda casos de abandono de filhotes no Largo do Arouche, e pediu atenção da Prefeitura para esse problema. Informou que a população pede socorro a uma protetora independente da região, a Gabriela Ribeiro, e que ela não dá conta de conseguir ajudar todos, de tantos casos urgentes.

Comentou também sobre a reforma do coreto da Praça da República, informando que estão sendo coletadas sugestões de uso para o espaço. Questionou o uso irregular de patinetes e bicicletas elétricas nas calçadas e praças, alertando para o risco de acidentes.

A munícipe abordou ainda a distribuição de marmitas em vias públicas, dizendo não ser contrária à ação solidária, mas ressaltando a falta de estrutura adequada para descarte de resíduos, o que vem gerando acúmulo de lixo, presença de ratos e risco aos animais, sugerindo que a distribuição ocorra em locais fechados, com condições sanitárias adequadas. Também sugeriu que eventos no centro sejam previamente divulgados para evitar conflitos com moradores.

O Coronel Arruda respondeu citando um exemplo de ação comunitária em outra região da cidade e explicou que, caso as distribuições não sigam as normas, podem sofrer autuações.

Em seguida, Paula abordou a falta de vagas em hotéis sociais que aceitam animais, relatando que muitas pessoas em situação de rua deixam seus pets com protetores por não terem onde ficar juntos.

O Coronel Arruda esclareceu que há uma rede de abrigos com algumas vagas para pessoas com animais, sob responsabilidade da SMADS, mas sem informações precisas sobre a quantidade.

A conselheira e secretária-geral Barbara solicitou que o coronel informe os locais que oferecem esse tipo de acolhimento, para que o Conselho possa divulgar à população do centro.

A conselheira Caru Albuquerque complementou dizendo que o sistema atual é insuficiente e falho, destacando que apenas poucos abrigos possuem vagas para pessoas com animais e que os hotéis sociais, Vila Reencontro, CDHU e COHAB não dispõem de estrutura adequada para acolher tutores com seus pets. Reforçou que a inclusão de espaços pet deveria ser obrigatória em projetos de habitação social e acolhimento público, como forma de evitar abandonos.

5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

6. Leitura e Aprovação de Ata;

Houve uma discussão sobre o que foi dito no desentendimento ocorrido na reunião do dia 02/06/2025, o coordenador colocou em votação e a maioria aprovou a publicação da ata 5ª/133.

As outras atas de números 7ª/135 e 8ª/136 dos dias 04/08/2025 e 01/09/2025, respectivamente, foram aprovadas por unanimidade.

7. Esplanada Liberdade e Devolutiva do AIU Central;

O conselheiro Fábio Sanchez, manifestou preocupação com o projeto “Esplanada da Liberdade”, localizado na região central de São Paulo, nas imediações da Radial Leste. Segundo ele, o empreendimento — um grande centro comercial financiado com recursos públicos, mas de interesse privado — vem causando destruição de áreas verdes e jardins de chuva, e não contou com audiência pública adequada, tendo sido substituída por uma simples “roda de conversa”.

Sanchez destacou que o projeto não dialoga com os comerciantes e moradores do entorno, pode impactar negativamente o Memorial dos Aflitos e não apresentou relatório de impacto de vizinhança, o que considera “absurdo” diante da dimensão da obra.

Propôs que o Conselho Participativo Municipal convoque para prestar esclarecimentos o secretário de Desestatização e Parcerias, Luiz Fernando Machado, e o diretor-presidente da SP Parcerias, Paulo José Galli, e Fabrício Cobra Arbex, Secretário das Subprefeituras, a fim de explicar o projeto e esclarecer suspeitas de investimento público voltado a interesses privados, sem planejamento ou diálogo com a comunidade local.

A conselheira Caru Albuquerque informou que foram realizadas várias audiências públicas sobre o projeto Esplanada da Liberdade, das quais participou, mas declarou ser contrária à proposta. Segundo ela, o projeto é insustentável do ponto de vista ambiental, aumentará o trânsito e causará incômodos sonoros aos moradores, já que prevê a realização de shows e eventos para gerar receita à concessionária responsável, que explorará o local por 30 anos.

Caru criticou a lógica puramente financeira do empreendimento — feito para gerar lucro à concessionária e não para atender necessidades urbanas reais — e questionou a falta de prioridade e de benefício público da obra, sugerindo que o espaço poderia ser voltado a áreas verdes, já que a região carece de parques.

Ela também mencionou que o projeto tem apoio de parte dos comerciantes, pois prevê lojas,

shopping, teatro e memorial, mas ressaltou que há diversas críticas de ordem social, ambiental e financeira, inclusive no CPMU, e concordou que os responsáveis devem ser convidados a apresentar e esclarecer o projeto ao Conselho.

A conselheira Rosalia concordou com os apontamentos dos colegas e destacou que a Prefeitura tem priorizado obras de utilidade duvidosa, enquanto as intervenções realmente necessárias, indicadas pela população, não recebem recursos.

Ela mencionou que, em audiência anterior com o coronel Genival, foi informado que a drenagem da cidade de São Paulo está em situação precária, o que foi confirmado pela empresa Acciona, durante o projeto da Linha 16, apontando fissuras e danos graves nas galerias.

Rosália questionou a necessidade e adequação de obras (tais como Túnel da Sena Madureira ou Esplanada Liberdade), bem como licenciamento de empreendimentos em áreas já sobrecarregadas, em vez de destinar recursos para corrigir problemas estruturais urgentes, como o sistema de drenagem.

O Interlocutor Coronel Arruda, informou que a Subprefeitura Sé já autuou a empresa Acciona três vezes em razão das obras na Rua Rui Barbosa, que passaram a causar alagamentos em uma via que historicamente não enchia.

Ele relatou que as multas aplicadas foram em torno de R\$ 23 mil e R\$ 30 mil, e que o coronel Salles convocou a empresa para uma reunião nesta semana para discutir os problemas, inclusive o descarte irregular de água com resíduos de concreto por caminhões betoneira na região da República.

Arruda pediu ainda subsídios e informações adicionais sobre possíveis danos nas galerias, para reforçar as medidas que estão sendo tomadas pela Subprefeitura.

O coordenador Ronaldo pediu mais 15 min de reunião, e o pleno concordou.

8. Albergue Boraceia;

O munícipe Charles Gentil falou sobre o Complexo Boracéia, explicando que se trata de um dos maiores centros de acolhimento institucional da América Latina, composto por várias unidades (como Boracéia, Barra Funda 1, 2 e 3 e Nova Vida), todas voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Ele destacou que o local atua por meio de convênio com a Prefeitura, oferecendo acolhimento e cuidados a pessoas doentes, com dependência alcoólica ou outras fragilidades, e convidou todos os conselheiros a visitarem o complexo para conhecer o trabalho e a gestão, que são transparentes e abertos ao diálogo.

Charles também fez um apelo para que a sociedade abandone preconceitos em relação à população vulnerável, lembrando que qualquer pessoa pode enfrentar uma situação de vulnerabilidade diante de fatores como desemprego ou perdas pessoais. Finalizou ressaltando que o objetivo da assistência social é promover a emancipação dessas pessoas, ajudando-as a reconstruir suas vidas com dignidade.

Lago se apresentou como um dos gestores do Complexo Boracéia, reforçando o que foi dito por Charles e convidando todos os conselheiros a visitarem o local para conhecer o trabalho realizado. Explicou que o serviço acolhe principalmente homens de 18 a 59 anos, mas também recebe idosos, mesmo sem estrutura ideal para esse público, devido à falta de vagas na rede.

Destacou que o Complexo atende cerca de 1.500 pessoas, e que não se pode deixar que a conduta de poucos (20 a 30 indivíduos no entorno) prejudique um serviço tão essencial. Ressaltou a parceria

com a GCM, que tem ajudado a melhorar a situação ao redor do centro.

lago também explicou que há vagas disponíveis para acolhimento, mas muitas pessoas não aderem voluntariamente ao abrigo, o que é uma realidade em toda a cidade. Por fim, informou que o serviço é gerido pela ONG APOIO, com mais de 30 anos de atuação na assistência social, e reforçou o convite para que todos visitem o complexo e conheçam de perto o trabalho humanitário realizado.

Item de pauta incluído no dia - Parque da Aclimação;

O conselheiro Fábio Sanchez pediu a palavra e alertou sobre o grave problema ambiental no Parque da Aclimação, destacando que o lago está morrendo devido à falta de manutenção, poluição, entulho e cimento que chegam pelos córregos Jurubatuba e Pedro Azul. Mencionou que, recentemente, foram retirados 30 sacos de 1L de peixes mortos, evidenciando o descaso.

Criticou o ecocídio urbano cometido por São Paulo, ao permitir construções sem planejamento adequado, destruindo áreas naturais já existentes. Ressaltou que o projeto original do parque, concebido como um piscinão natural e sustentável para conter enchentes no Cambuci, foi bem planejado, mas hoje sofre com o abandono e a falta de fiscalização.

Fábio sugeriu que o CPM, por ofício, convoque uma reunião interinstitucional, reunindo Sabesp, Prefeitura, SVMA, Cetesb, Arcesp e demais órgãos competentes, para discutir soluções conjuntas para o lago da Aclimação e as obras no entorno. Enfatizou que o tema é urgente, especialmente em um contexto de emergência climática, e que o CPM tem legitimidade para liderar esse diálogo.

O ofício foi solicitado a mesa e foi aprovado por unanimidade.

Item de pauta incluído no dia - Parque Rio Bixiga;

O conselheiro Augusto Pessin iniciou apresentando uma nota pública de indignação referente à devolutiva do PLOA, destacando que ela reúne as principais queixas dos conselheiros. Propôs que o CPM assinasse coletivamente a nota, para dar mais força à manifestação.

Em seguida, o munícipe André Luzzi falou sobre o Parque Rio Bexiga, convidando os conselheiros a participarem das oficinas públicas promovidas pelo Conselho Gestor, IAB e Prefeitura, que ocorrerão aos sábados, às 14h, alternando entre a escola Celso Leite e o parque. Explicou que o objetivo é definir diretrizes para o concurso público que escolherá o projeto executivo de implantação do parque, e alertou sobre o risco de “gentrificação verde”, ou seja, a valorização imobiliária que pode expulsar moradores tradicionais, negros, imigrantes e LGBTQIA+ da região. Também convidou à participação na consulta pública do PlanClima, ressaltando a importância de conectar políticas ambientais, criar hortas urbanas, viveiros, espaços públicos de alimentação e compostagem descentralizada, fortalecendo a justiça climática e social.

O conselheiro Franklin reforçou a relevância do Parque Rio Bexiga, lembrando que a cidade precisa de mais áreas verdes e que o bairro enfrenta forte pressão da especulação imobiliária, defendendo que o parque seja feito de forma diferente, com foco comunitário.

Ao final, o plenário aprovou por unanimidade a nota pública apresentada por Pessin.

9. Devolutiva do Ploa 2025 - prejudicado

10. Informes gerais; finalização e agradecimentos.

O conselheiro Roberto Quaglietta, representante da região do Cambuci, anunciou sua renúncia ao mandato, explicando que, em razão de questões pessoais, de saúde e da mudança de residência para outra região, não poderia mais contribuir de forma efetiva com o conselho. Agradeceu aos colegas pelo aprendizado, ressaltou a importância do trabalho coletivo e elogiou o papel do Conselho

Participativo na cidade.

O Coronel Arruda, interlocutor da Subprefeitura, agradeceu a dedicação e o comprometimento de Roberto, destacando sua trajetória exemplar como cidadão ativo, especialmente pelo cuidado com praças do bairro e ações voluntárias de zeladoria e arborização. Desejou-lhe felicidades na nova fase, reconhecendo publicamente sua colaboração com o conselho e a comunidade.

Em resposta, o conselheiro Roberto agradeceu emocionado as palavras do coronel, expressando admiração e respeito pelo trabalho desempenhado por ele e pela Subprefeitura, encerrando sua participação com agradecimentos.

O gestor do Parque da Luz, Antônio, convidou o Conselho Participativo Municipal para participar da comemoração dos 200 anos do parque, que ocorrerá no dia 16 de novembro. Ele destacou a presença e colaboração das conselheiras Barbara e Raquel, que atuam ativamente nas melhorias do local e são moradoras do Bom Retiro, além de Conselheiras Titulares do CPM Sé.

No total foram 14 (catorze) demandas de zeladoria trazidas e mais 4 (quatro) de CET.

Número	Demanda	Responsável
1	Requer fiscalização e limpeza após os eventos no Bairro da Liberdade	Wang Kim do Espírito Santo
2	Requer a retirada das caçambas de lixo da Sustentare, da Av. Duque de Caxias altura da Praça Princesa Isabel, pois os moradores de rua espalham tudo.	Caru Albuquerque
3	Requer nova obra na esquina da Rua Barão de Limeira com a Ribeiro da Silva, pois continua alagando.	Caru Albuquerque
4	Solicita a análise de três arvores do Vale do Anhangabaú com a São João.	Caru Albuquerque
5	Solicita fiscalização na Padaria Campos Elíseos, pelo uso de canudos de plástico.	Caru Albuquerque
6	Solicita assistência social para dois idosos em vulnerabilidade da Favela do Moinho.	Caru Albuquerque
7	Solicita fiscalização no posto de gasolina da Rua Abílio Soares, 52 com a Rua Bernardino de Campos. O lugar anuncia um preço e cobra outro.	Caru Albuquerque
8	Informa que não consegue solicitar lixeiras/caçambas pelo 156. Reclama que os containers cinza de lixo estão abandonados pela região central e solicita sua retirada.	Paula Ventura da Costa
9	Solicita reforma do gradil no Parque Jardim da Luz. Requer acesso ao número SEI da revitalização prevista no Parque. E pede barra para a academia.	Barbara Cavalcanti

10	Solicita a SP Urbanismo a conclusão e reparo dos buracos e piso da Praça da Liberdade	Elizabeth Soares
11	Requer fiscalização cata-bagulho	Maria Nair
12	Fiscalização em um bar com som alto após o horário permitido. Na Av. Tiradentes na altura do Senac.	Hamilton Simões Pires
13	Requer a limpeza da Praça Rotary. Informa que o leito da Rua Cesário Mota na lateral da Praça Rotary voltou a afundar.	Klaus Rossweiner Pereira
14	Solicita a poda de uma árvore na Rua Conselheiro Brotero 703 e 717, Santa Cecília.	Margarida Maria Gomes Tomás

Demandas CET:

1	Sinalização na Praça Liberdade, 107 e 89 a 125.	Elizabeth Soares
2	Sinalização na Unidade Escolar E.E Maria José.	Leandro Lago da Silva
3	Solicita redutor de velocidade no Viaduto Orlando Murgel.	Caru Albuquerque
4	Solicita semáforo para pedestre na Av. Vieira de Carvalho com o Largo do Arouche.	Paula Ventura da Costa

Encerrada a 9a Reunião Plenária Ordinária do CPM/Sé, biênio 2025/2026, às 21:30h.

Estiveram nesta reunião:

- **26 (vinte e seis)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares presentes: Antonio Ronaldo Dos Santos; Antônio Matheus Montano; Augusto Luiz De Aragão Pessin; Barbara Cavalcanti; Caio Júlio Cesar Lopes; Carolina Albuquerque Gonçalves; Elizabeth Soares; Fábio Lúcio Sanchez; Francisca Nunes Batista Chiovitti; Gilmara Gonçalves Santos Gondim; Hamilton Simões Pires; Leandro Lago Da Silva; ; Maria Aparecida Duarte Maciel; Maria Lilian Galvarro Peña; Neide Pereira Da Rocha; Névson Soares Ferreira Júnior; Rafael Felício De Oliveira Dos Santos; Raquel Budow; Roberto Quaglietta; Rosalia Do Carmo Larrubia; Rosangela Zanon Monteiro; Rosemeire Rosa De Oliveira; Sheila Ventura Pereira; Sonia Maria Domingues Pereira; Ualdo Nascimento e Wang Kim Do Espírito Santo.
- **02 (dois)** Conselheiros Participativos Municipais **Suplentes presentes:** Francisco Claudio do Nascimento e Maria Angelica Pelegrine.
- **01 (uma)** Autoridade presente: Interlocutor Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda (SubSé).
- **17 (dezesete)** Munícipes presentes: Nives Ibana Ramirez Guevara; Renata A. Martins; Eliza Seveghevian; Paula Ventura da Costa; Klaus R. Pereira; Pamela Chagas; Rayssa Sadel Cortez; Thiago de Jesus Monteiro; Claudia Barbosa Feitosa; Iago Vito Batista; Nelson T. Santos; Bruno José Costa do Nascimento; Maria Nair; André Luzzi; Adriana

Pierin; Tarcísio Geraldo Faria; Antonio de Toro.

- **15 (quinze)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes: Carlos Eduardo Magalhães; Charles Gentil; Elza Pereira Barbosa da Silva; Flaviano Gayer Carvalho; Laudicéia Borges Da Silva; Luís Felipe Da Silva Seixas; Luiz Gonzaga Da Silva; Marcelo Montanheiro Pagliaruli Garini; Maria Ana Figueiredo; Maria Anunciação de Souza; Najila Barbosa Reis; Roberto Guerrero; Rose Maria Das Graças Correa De Oliveira; Olga Luísa Leon De Queiroga; Paulo Cesar Torres de Freitas;
- **02 (dois)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes e justificados: César Augusto Massaro e Katharine Amorim Borges Maciel.
- **38 (trinta oito)** Conselheiros Participativos Municipais Suplentes ausentes;

Totalizando **46 (quarenta e seis)** participantes.

Lavra-se esta Ata.

São Paulo, 13 de outubro de 2025.

Sr. **Antonio Ronaldo dos Santos** / Coordenador
Sra. **Barbara Cavalcanti** / Secretária-Geral
Sra. **Maria Lilian Galvarro Peña** / Secretária-adjunta

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 02/12/2025, às 18:57.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **147178106** e o código CRC **6A11C512**.

Referência: Processo nº 6056.2025/0000790-0

SEI nº 147178106